



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
"A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO"
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 160/2021-GP

Porto Ferreira/SP, 30 de março de 2021

À Sua Excelência

ALAN JOÃO ORLANDO

M.D. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Ferreira/SP

Ref.: Encaminhamento de resposta a requerimento legislativo

Excelentíssimo Presidente;

Vimos pelo presente ofício encaminhar resposta ao Requerimento Legislativo de nº 120/2021, de autoria do(a) nobre Vereador(a) Sérgio Rodrigo de Oliveira.

Aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os sinceros votos de estima e consideração à V.Exa., bem como a todos os demais nobres Vereadores desta Casa de Leis.

Atenciosamente,


RÔMULO LUÍS DE LIMA RIRA
Prefeito Municipal



Cl. Rodina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
"A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO"
SECRETARIA DE SAÚDE

Ofício SS Nº 320/2021

Porto Ferreira, 22 de março de 2021.

Ref.: Requerimento nº 120/2021 – Vereador Sérgio Rodrigo de Oliveira
Memorando nº 67/2021

Venho por meio deste, em atendimento ao requerimento formulado pelo Sr. Vereador Sérgio Rodrigo de Oliveira, solicitando informações sobre o Programa Mais Médicos, informar:

1- Quantos médicos atuam em Porto Ferreira dentro do Programa Mais Médicos?

R: Atualmente contamos com 06 profissionais médicos do Programa Mais Médicos, sendo esses atuantes nas Unidades abaixo relacionadas:

- USF João Malaman;
- USF Elza Falco Paschoanelli;
- USF Arlindo de Vicente;
- USF Iracema Maria Amélia Pirondi - CSII;
- USF Adalberto Luís Pirondi;
- USF Darcy Ripa.

2- O Município já fez a adesão de mais médicos para atuar no Programa Mais Médicos?

R: Sim, o Município realizou a adesão dos profissionais médicos do Programa Mais Médicos na data de 15/03/2021, conforme cronograma em anexo. Informamos que a data para o médico realizar a inscrição para concorrer a vaga se encerra em 26/03/2021.

Importante esclarecemos que por meio do Edital de Chamamento Público nº. 06 de 11 de março de 2020 do 19º Ciclo, foram disponibilizadas 04 vagas, apenas uma foi preenchida, sem mais adesão de outros médicos. Sendo que este médico se desligou do Programa em outubro de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
"A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO"
SECRETARIA DE SAÚDE

No Edital nº. 8 de 26 de março de 2020 do 20º Ciclo, não houve a possibilidade de nova adesão, por estar ainda em andamento o chamamento referente ao 19º Ciclo.

Com a Pandemia pelo COVID-19 somente houve a prorrogação dos Ciclos anteriores, onde procedemos a renovação de todos os médicos já inscritos e alocados em nossas Unidades.

Surgiram novas inscrições referentes ao 21º Ciclo e 22º Ciclo exclusivamente para o Estado do Amazonas.

3- De acordo com o edital que foi lançado na última segunda feira dia 08 de março de 2021, mais quantos médicos poderiam atuar na cidade de Porto Ferreira pelo programa Mais Médicos?

R: De acordo com o Edital foram abertas 05 (cinco) vagas para os profissionais médicos do Programa Mais Médico nas Unidades (doc. em anexo):

- USF Valdir alvares Menendes;
- USF Adalberto Luís Adalberto Luís Perondi;
- USF Dr. Mosart Baggio;
- USF Antônio Gallo;
- USF Augusto Pirondi.

Sendo só para o momento, certos da atenção, apresento sinceros votos de estima e apreço.

Atenciosamente.

Vera Lucia Visolli
Secretária de saúde

Ilmo. Dr.
Gustavo de Freitas
Assessor para Assuntos Legislativos



Ministério da Saúde

Secretaria de Atenção Primária à Saúde

RESUMO DA ADESÃO

Dados do Município

Município: PORTO FERREIRA
UF: SP
CNPJ: 45339363000194
Código do IBGE: 354070
Data da Adesão: 10/03/2021

Dados do(a) Gestor(a)

Nome: VERA LUCIA VISOLLI
Cargo:
CPF: 89961609891

Solicitação de vagas

Vagas disponibilizadas: 5
Vagas solicitadas: 5

Unidade de Saúde	Quantidade de profissionais solicitados
3540702747421 - USF VALDIR ALVARES MENENDES	1
3540702747391 - USF ADALBERTO LUIS PIRONDI	1
3540705177480 - USF DR MOSART BAGGIO	1
3540705701724 - USF ANTONIO GALLO	1
3540702747383 - USF AUGUSTO PIRONDI	1



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Saúde da Família
Coordenação-Geral de Formação e Provisão de Profissionais para Atenção Primária

CRONOGRAMA DE EVENTOS – MUNICÍPIOS/DSEI E DISTRITO FEDERAL EDITAL SAPS Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2021- 23º CICLO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

DATA/HORA INÍCIO	DATA/ HORA FINAL		ETAPA	DESCRIÇÃO
08/03/2021			Publicação do Edital.	- Publicação no Diário Oficial da União do Edital de Renovação da Adesão de municípios e do Distrito Federal.
08/03/2021			Disponibilização da lista dos Municípios Elegíveis.	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da relação dos municípios/DSEI e Distrito Federal elegíveis aptos à Renovação da Adesão e confirmação de vagas disponibilizadas para ocupação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil pelo período de 3 (três) anos.
8h* do dia 09/03/2021	18h* do dia 15/03/2021		Confirmação de Vagas.	- Acesso dos municípios/DSEI e Distrito Federal ao SGP para Renovação da Adesão e confirmação de vagas disponibilizadas.
23/03/2021			Disponibilização da relação dos municípios com adesão renovada e vagas confirmadas para escolha dos médicos 1ª Chamada	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da relação dos municípios/DSEI e Distrito Federal com Adesão Renovada e vagas confirmadas para escolha pelos médicos no Edital SAPS/MS, nº XX, de XX de XX de 2021.
8h* do dia 12/04/2021	18h* do dia 23/04/2021		Validação 1ª Chamada	- Apresentação pessoal dos médicos nos municípios/DSEI ou Distrito Federal, para entrega dos documentos previstos no Edital SAPS/MS, nºXX, de XX de XX de 2021 e para validação pelo gestor da sua alocação, atendido os requisitos legais e editalícios. - Médicos que não se apresentarem ou não atenderem aos requisitos para validação serão excluídos da seleção.
			Início das atividades 1ª Chamada	- Início das atividades dos médicos que obtiveram êxito na alocação na 1ª Chamada
			Homologação 1ª Chamada	- Homologação da alocação dos médicos pelos gestores, confirmado que iniciaram suas atividades no Projeto. - Médicos que não iniciarem as atividades não serão homologados e serão excluídos da seleção.

*Conforme horário oficial de Brasília

Brasília/DF, 08 de março de 2021

TERMO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO E COMPROMISSO

Projeto Mais Médicos para o Brasil

TERMO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO E COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E O DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIO DE _____ PARA RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – SAPS/MS, CNPJ nº 000.394.544/0108-14, neste ato representado por ERNO HARZHEIM, Secretário de, Secretário da Atenção Primária à Saúde – SAPS/MS, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", 7º andar, sala 716 - CEP 70.058-900, Brasília (DF), e o Distrito Federal ou MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA -SP DONA BALBINA 743/99998 Nº 923, Bairro VILA NOVA , 45339363000194, neste ato representado por VERA LUCIA VISOLLI, , nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e das demais normas de regência do Projeto, resolvem celebrar o presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a renovação e/ou adesão e compromisso do Distrito Federal ou do Município de PORTO FERREIRA-SP ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital/SAPS/MS nº 06, de 11 de março de 2020, bem como definir obrigações e responsabilidades mútuas com a finalidade de realizar aperfeiçoamento de médicos na atenção Primária à Saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante oferta de curso de aperfeiçoamento e extensão por instituição pública de educação superior e atividades de ensino, pesquisa e extensão, que terá componente assistencial mediante integração ensino-serviço.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA

2.1. O Distrito Federal ou município executará suas ações no Projeto Mais Médicos para o Brasil, orientado pelas premissas dispostas na Política Nacional de Atenção Básica, definida nos termos da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXII, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica – PNBAB e nas normas regulamentadoras do Projeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS/DSEI E DISTRITO FEDERAL NO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

3.1. Para consecução do objeto estabelecido neste Termo de Renovação da Adesão e Compromisso, o Distrito Federal ou município deverá atender aos seguintes aspectos relativos aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, além de outros que podem ser estabelecidos pela Coordenação do Projeto::

- a) receber, acolher e recepcionar os médicos participantes e adotar as providências necessárias para a acomodação dos mesmos quanto às atividades na unidade básica de saúde (UBS), podendo, excepcionalmente, em caso de necessidade e, somente enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019, intercalar a atuação dos médicos na UBS, com plantões na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a garantir a assistência aos casos suspeitos e confirmados de infecção pelo novo Coronavírus, respeitada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais destinadas às atividades assistenciais e de formação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil;
- b) inserir o médico participante do Projeto, em eSF - Equipe de Saúde da Família em regiões prioritárias para o SUS, respeitando os critérios de distribuição estabelecidos no Projeto, e mantê-los durante a vigência do Termo de Renovação da Adesão e Compromisso;
- c) manter, durante a execução do Projeto, as eSF - Equipe de Saúde da Família atualmente constituídas com médicos não participantes do Projeto, inclusive aqueles vinculados mediante regime de emprego público e contrato temporário na forma da lei;
- d) não substituir médicos que já compõem as eSF - Equipe de Saúde da Família pelos médicos participantes do Projeto, exceto em casos de necessidade de reorganização entre as eSF - Equipe de Saúde da Família constituídas no município;
- e) priorizar a alocação dos médicos participantes do Projeto nas eSF - Equipe de Saúde da Família que não estejam constituídas com médicos e/ou que atendam populações que dependam exclusivamente da atenção do SUS e/ou atendam populações vulneráveis e historicamente excluídas, tais como, Ribeirinhas, Fluviais, Quilombolas, Assentados e Indígenas;

- g) quando da apresentação do médico no município para o início das atividades, informar no Sistema de Gerenciamento de Programas (SGP) o número do CNES da Unidade de Saúde e INE da equipe em que o médico irá atuar;
- h) cadastrar o médico participante no SCNES e identificá-lo na respectiva eSF - Equipe de Saúde da Família em que atuará, de acordo com orientações expedidas pelo Ministério da Saúde, a partir da apresentação do médico no município;
- i) garantir a alimentação do Sistema de Informação da Atenção Primária, pelo médico, nos termos das Portarias regulamentares do sistema;
- j) manter os dados do gestor e coordenador responsável atualizado, e, em caso de mudança do gestor, solicitar, de imediato, novo cadastramento no SGP;
- k) acompanhar o cumprimento da carga horária, atividades previstas no Projeto e avaliar o desempenho dos médicos para fins de certificação das atividades de ensino-serviço; l) confirmar a veracidade dos registros de produção do médico participante no SGP (importadas da alimentação do e-SUS) para fins de validação da bolsa;
- m) fornecer condições adequadas para a atuação do médico participante, conforme exigências e especificações da Política Nacional de Atenção Básica, tais como estrutura da Unidade de Saúde adequada, com segurança e higiene, fornecimento de equipamentos e insumos necessários e instalações sanitárias para o desempenho das atividades;
- n) oferecer transporte adequado e seguro para o médico participante do Projeto deslocar-se para o local de desenvolvimento das atividades nas Unidades Básicas de Saúde, apenas em caso de locais de difícil acesso;
- o) atuar em cooperação com os entes federativos e instituições de educação superior, no âmbito de sua competência, para as ações de execução do Projeto;
- p) atuar em parceria com a instituição de educação superior responsável pelo eixo aperfeiçoamento e extensão (2º ciclo formativo) dos médicos participantes do Projeto, inclusive na definição e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil;
- q) exercer, em conjunto com o supervisor, a forma de cumprimento da carga horária, o acompanhamento e a fiscalização da execução das atividades de ensino-serviço, inclusive quanto ao cumprimento da carga horária de 40 horas semanais para o Projeto Mais Médicos, nas atividades que envolverão componente assistencial na modalidade integração ensino-serviço (respeitando as atividades de supervisão) e nas atividades teóricas do 2º ciclo formativo para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, ressalvadas as especificidades das equipes de saúde da família ribeirinhas, fluviais e equipes de saúde indígena;
- r) comunicar imediatamente à Coordenação do Projeto os afastamentos, períodos de descanso, ausências justificadas ou injustificadas, solicitação de desligamento do participante, irregularidade ou denúncia que tenha ciência em razão de atos de terceiros ou de ofício para que sejam adotadas as providências pertinentes e necessárias ao bom andamento e execução do Projeto;
- s) adotar as providências necessárias para garantir a atenção à saúde ao médico participante, por meio do Sistema Único de Saúde e/ou outros mecanismos públicos de Assistência Social;
- t) articular com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, na esfera municipal, a fim de garantir a integridade física dos médicos participantes;
- u) manter atualizados os dados do município ou do Distrito Federal, do gestor municipal e do responsável indicado para acompanhamento do Projeto, no SGP;
- v) garantir acesso virtual ou telefônico ao Telessaúde Brasil Redes, conforme disponibilidade de rede do município;
- w) garantir para médica gestante a dispensa das ações de aperfeiçoamento para realizar, no mínimo, 7 (sete) consultas médicas e demais exames complementares.

3.2 São responsabilidades do município ou do Distrito Federal no Projeto Mais Médicos para o Brasil:

- a) garantir moradia para o médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil que tenha condições de habitabilidade e atenda ao padrão médio de moradia da localidade, podendo ser em forma pecuniária ou oferta de acomodação pelo município

b) garantir alimentação adequada e fornecimento de água potável aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

4.1. Constituem obrigações do Ministério da Saúde:

a) selecionar e encaminhar, segundo os critérios estabelecidos no Projeto, médicos para os municípios que celebram o presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso;

b) garantir o pagamento da bolsa-formação ao médico participante do Projeto, durante todo o período de participação nas ações de aperfeiçoamento, conforme as regras de validação das atividades;

c) garantir o pagamento de ajuda de custo destinada a compensar as despesas de instalação dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e das passagens do médico participante e de sua família, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) articular com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, na esfera federal, a fim de garantir a integridade física dos médicos participantes;

e) garantir, a realização das ofertas pedagógicas aos médicos participantes do Projeto, a serem oferecidas em parceria com instituições de educação superior brasileiras; e

f) garantir aos médicos participantes do Programa a inscrição em serviços de Telessaúde.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES

5.1. O Distrito Federal ou município que deixar de cumprir suas atribuições, estabelecidas conforme as regras do Projeto e do presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso poderá ser descredenciado do Projeto Mais Médicos para o Brasil ou ter suas vagas suspensas, observados os seguintes termos:

a) O Distrito Federal ou município será notificado das irregularidades apuradas, sendo-lhe concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar manifestação e justificativas, para análise pela Coordenação do Projeto;

b) Decorrido o prazo estabelecido na alínea anterior, com ou sem manifestação por parte do ente federativo a Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil decidirá quanto ao descredenciamento ou indicará a necessidade de adoção de providências pelo município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período;

c) A Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil poderá estabelecer, inclusive previamente ao prazo de manifestação, penalidades de bloqueio de vagas e remanejamento de médicos, devidamente justificada;

d) Não sendo adotadas pelo ente federativo as providências determinadas pelas Coordenação do Projeto no prazo fixado na alínea "b", poderá ser excluído do Projeto ou serão descredenciadas as vagas objeto de questionamento;

e) Na hipótese de que trata a alínea "d", o médico participante do Projeto poderá ser remanejado para outro ente federativo, a ser definido pela Coordenação, de acordo com as necessidades do Projeto; e

f) As impropriedades apuradas não eximem a Coordenação do Projeto de adotar outras providências que entender cabíveis, especialmente enviar comunicações e dar conhecimento dos fatos aos órgãos e entidades públicas competentes.

5.2. As notificações de que trata essa cláusula serão efetivadas por correspondência eletrônica, dirigida ao endereço eletrônico cadastrado pelo gestor no Sistema de Gerenciamento de Programas quando do preenchimento do formulário de adesão.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano de participação no Projeto Mais Médicos para o Brasil, do(s) médico(s) selecionados por meio do Edital/SAPS/MS nº 06, de 11 de março de 2020, alocados no ente federativo.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso poderá ser rescindido, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento ou unilateralmente por qualquer um dos partícipes, mediante manifestação encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. As eventuais alterações do presente Termo de Renovação da adesão e Compromisso serão realizadas por meio de termo aditivo acordado entre os partícipes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventual controvérsia surgida durante a execução do presente Temo de Renovação da Adesão e Compromisso poderá ser dirimida administrativamente entre os partícipes.

Brasília-DF, 15 de Março de 2021.

ERNO HARZHEIM
Secretário de Atenção Primária à Saúde – SAPS/MS

PORTO FERREIRA-SP

Prefeito/Secretário Municipal de Saúde (se tiver poderes para)



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Saúde da Família
Coordenação-Geral de Formação e Provisão de Profissionais para Atenção Primária

CRONOGRAMA DE EVENTOS – MÉDICOS EDITAL SAPS Nº 04, DE 8 DE MARÇO DE 2021- 23º CICLO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

Médico Formado em Instituição de Educação Superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil

Ocupação de vagas pelo período de 3 (três) anos

DATA/HORA INÍCIO	DATA/HORA FINAL	ETAPA	DESCRIÇÃO
08/03/2021		Publicação do Edital.	- Publicação no Diário Oficial da União do Edital para adesão de médicos ao PMMB.
8h* do dia 16/03/2021	18h* do dia 22/03/2021	Período de Inscrição.	- Inscrição dos Médicos.
23/03/2021		Disponibilização da lista dos médicos com inscrições concluídas	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da lista dos médicos com inscrição concluída aptos a escolha do local de atuação
		Disponibilização da relação dos municípios com adesão renovada e vagas confirmadas para escolha dos médicos 1ª Chamada	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da relação dos municípios com Adesão Renovada e vagas confirmadas, para escolha pelos médicos da 1ª Chamada.
8h* do dia 24/03/2021	18h* do dia 26/03/2021	Escolha de vagas 1ª Chamada	- Escolha das vagas pelos médicos com inscrição validada. - Será oportunizado ao médico a indicação de 4 (quatro) localidades e sua ordem de preferência (prioridade). - O médico que não indicar municípios/DSEI e/ou Distrito Federal será excluído da seleção e não poderá participar da chamada subsequente.
30/03/2021		Resultado Preliminar da alocação 1ª Chamada	-Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.saude.gov.br da lista preliminar dos médicos que obtiveram êxito na alocação na 1ª Chamada.
8h* do dia 31/03/2021	18h* do dia 31/03/2021	Interposição de Recurso 1ª Chamada	- Período de interposição de Recurso pelos médicos quanto ao resultado preliminar da alocação na 1ª Chamada.

01/04/2021	01/04/2021	Análise de Recurso 1ª Chamada	- Período de análise de Recurso pela SAPS/MS.
05/04/2021		Resultado do Recurso 1ª Chamada	-Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br do resultado dos Recursos da 1ª Chamada.
		Disponibilização do Resultado final da alocação 1ª Chamada	Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da lista final dos médicos que obtiveram êxito na alocação na 1ª Chamada.
8h* do dia 06/04/2021	18h* do dia 09/04/2021	Confirmação do interesse na alocação 1ª Chamada	- Nesta etapa o médico que obteve êxito na alocação acessa o SGP, confirma o seu interesse na alocação, tem acesso ao Termo de Adesão e Compromisso para impressão, informa sua conta bancária e anexa no SGP, na hipótese de ser participante de Programa de Residência Médica, o comprovante do seu pedido de desligamento formalizado junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM)
8h* do dia 12/04/2021	18h* do dia 23/04/2021	Validação 1ª Chamada	- Apresentação pessoal dos médicos no municípios/DSEI ou Distrito Federal para entrega dos documentos previstos no Edital e para validação da sua alocação, atendido os requisitos legais e editalícios. - Médicos que não se apresentarem ou não atenderem aos requisitos para validação serão excluídos da seleção.
		Início das atividades 1ª Chamada	- Início das atividades dos médicos que obtiveram êxito na alocação na 1ª Chamada
		Homologação 1ª Chamada	- Homologação da alocação dos médicos pelos gestores confirmando que iniciaram suas atividades no Projeto. - Médicos que não iniciarem as atividades não serão homologados e serão excluídos da seleção.

Conforme horário oficial de Brasília

Brasília/DF, 08 de março de 2021.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Saúde da Família
Coordenação-Geral de Formação e Provisão de Profissionais para Atenção Primária

RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EVENTOS – MUNICÍPIOS/DSEI E DISTRITO FEDERAL EDITAL SAPS Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2021- 23º CICLO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

DATA/HORA INÍCIO	DATA/ HORA FINAL	ETAPA	DESCRIÇÃO
08/03/2021		Publicação do Edital.	- Publicação no Diário Oficial da União do Edital de Renovação da Adesão de municípios e do Distrito Federal.
08/03/2021		Disponibilização da lista dos Municípios Elegíveis.	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da relação de municípios/DSEI e Distrito Federal elegíveis aptos para Renovação da Adesão e confirmação de vagas disponibilizadas para ocupação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil pelo período de 3 (três) anos.
8h* do dia 11/03/2021	18h* do dia 15/03/2021	Confirmação de Vagas.	- Acesso dos municípios/DSEI e Distrito Federal ao SCS para Renovação da Adesão e confirmação de vagas disponibilizadas.
23/03/2021		Disponibilização da relação dos municípios com adesão renovada e vagas confirmadas para escolha dos médicos 1ª Chamada	- Disponibilização no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br da relação de municípios/DSEI e Distrito Federal com Adesão Renovada e vagas confirmadas para escolha pelos médicos no Edital SAPS/MS, nº 05, de 08 de março de 2021.
8h* do dia 12/04/2021	18h* do dia 23/04/2021	Validação 1ª Chamada	- Apresentação pessoal dos médicos nos municípios/DSEI ou Distrito Federal, para entrega dos documentos previstos no Edital SAPS/MS, nº 05, de 08 de março de 2021 e para validação pelo gestor da sua alocação, atendido os requisitos legais e editalícios. - Médicos que não se apresentarem ou não atenderem aos requisitos para validação serão excluídos da seleção.
		Início das atividades 1ª Chamada	- Início das atividades dos médicos que obtiveram êxito na alocação na 1ª Chamada
		Homologação 1ª Chamada	- Homologação da alocação dos médicos pelos gestores, confirmado que iniciaram suas atividades no Projeto. - Médicos que não iniciarem as atividades não serão homologados e serão excluídos da seleção.

*Conforme horário oficial de Brasília



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Saúde da Família
Coordenação-Geral de Formação e Provisão de Profissionais para Atenção Primária

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 6, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - (CONSOLIDADO COM RETIFICAÇÃO)

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, por intermédio da SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (SAPS/MS), considerando as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Primária à Saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações, considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), por meio da Portaria GAB/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), no tocante ao seu eixo assistencial, torna pública a realização de chamamento público do Distrito Federal e de municípios para Renovação da Adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil e confirmação, para provimento de médicos pelo período de 1 (um) ano, das vagas previamente autorizadas e disponíveis para ocupação, conforme estabelecido neste Edital.

1. DO OBJETO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital tem por objeto realizar o chamamento público do Distrito Federal e de municípios classificados nos perfis de 1 a 8, de acordo com a Resolução nº 1 de 2 de outubro de 2015 da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nominados na relação dos entes federativos elegíveis, disponibilizada no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, para renovação da adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações, e demais normativos regulamentares do Projeto e confirmação das vagas disponíveis e previamente autorizadas, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

1.2. As vagas disponibilizadas no presente Edital serão destinadas a ocupação pelos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País, selecionados por meio do **Edital SAPS/MS nº 5 de 11 de março de 2020*** para participação no Projeto pelo período de 1 (um) ano.

2. DOS CRITÉRIOS DE ADESÃO

2.1. O Distrito Federal e os municípios que participarem do Projeto Mais Médicos para o Brasil, estarão habilitados ao preenchimento de vagas disponíveis e autorizadas pela SAPS/MS para aperfeiçoamento de profissionais em suas Unidades Básicas de Saúde, nos termos e condições deste Edital.

2.2. Compete à SAPS/MS a definição das vagas disponíveis para fins deste Edital.

2.3. A SAPS/MS disponibilizará no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, a relação dos entes federativos elegíveis para renovação da adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos deste Edital.

2.4. Para fixação do quantitativo de vagas a serem ofertadas aos entes federativos serão consideradas as vagas previamente autorizadas e disponibilizadas para ocupação no Projeto Mais Médicos para o Brasil até o dia 10/03/2020.

2.5. Não poderão participar do presente chamamento público os entes federativos que não constem na lista de municípios elegíveis disponibilizada no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.

3. DA RENOVAÇÃO DA ADESÃO

3.1. Os Distrito Federal e os municípios elegíveis para este chamamento público que tenham interesse, deverão renovar o Termo de Adesão e Compromisso segundo as regras do presente Edital, sob pena de não preenchimento da (s) vaga (s) disponível (is).

3.2. Para renovação da adesão das vagas previamente autorizadas e disponibilizadas para ocupação no Projeto Mais Médicos para o Brasil de que trata este Edital, os entes federativos referidos no subitem 3.1 deverão acessar o SGP, através do endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, no período indicado no cronograma, e adotar as seguintes medidas:

a) aceitar o Termo de Renovação da Adesão e Compromisso, concordando com todas as condições, normas e exigências estabelecidas para o Projeto Mais Médicos para o Brasil de que trata este Edital;

b) após a renovação da adesão, por meio do aceite ao Termo de Renovação da Adesão e Compromisso, os municípios deverão realizar a confirmação de vagas por meio eletrônico, através do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP).

3.3. Constará no SGP, para fins de confirmação, a quantidade de vagas disponibilizada ao ente federativo, para recebimento de profissionais e realização das ações de aperfeiçoamento no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil de que trata este Edital.

3.4. Para que seja efetivada a confirmação de vagas, o ente federativo deverá indicar o número de vagas pretendidas por Unidade Básica de Saúde (UBS), respeitado o limite de vagas disponíveis para a respectiva localidade constante do SGP.

3.5. Nas situações em que o gestor do ente federativo que pretenda renovar a adesão tenha sido alterado, será essencial, sob pena de não ser validada a renovação da adesão:

a) previamente a renovação da adesão das vagas, o envio da solicitação de mudança de gestor por meio do SGP, anexando uma cópia do documento de identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do ato de publicação da nomeação na imprensa oficial, e do termo de nomeação ou posse do(a) prefeito (a) ou do secretário(a) municipal de saúde, subscritor da Renovação da adesão e Compromisso; e

b) indicar representante legal responsável pelo acompanhamento da participação do ente federativo no Projeto Mais Médicos para o Brasil, com os respectivos dados de endereço eletrônico, endereço e telefone funcional para contato.

3.6. Para que seja efetivamente consumada e validada a renovação da adesão ao Projeto, após o preenchimento do formulário eletrônico, inserção de documentos exigidos, se for o caso, e aceite do Termo de Renovação da Adesão e Compromisso, deverá ser selecionada a opção "confirmar a Renovação da Adesão".

3.7. As informações declaradas e documentos inseridos no SGP serão de inteira responsabilidade do ente federativo interessado na renovação da adesão ao Projeto, dispondo a Coordenação do Projeto da prerrogativa de excluir o ente federativo que não preencher adequada e integralmente o formulário, não enviar os documentos de forma completa, correta ou prestar informações comprovadamente inverídicas.

3.8. Os documentos inseridos eletronicamente no SGP com resolução que não viabilize a leitura integral, implicará a invalidação do pedido de renovação da adesão.

- 3.9. A SAPS/MS disponibilizará no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, a relação dos entes federativos com adesão renovada e o número de vagas confirmadas
- 3.10. A disponibilização da lista dos entes federativos com adesão renovada, nos termos deste Edital, confere eficácia aos Termos de Renovação de Adesão e Compromisso, celebrados pelos mesmos.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES – VALIDAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS MÉDICOS

- 4.1. Os entes federativos participantes do Projeto Mais Médicos de que trata este Edital deverão acessar o SGP para fins de validação e homologação da alocação do médico, nos prazos do cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.
- 4.2. Cabe ao gestor distrital ou municipal, cadastrado no SGP, quando do comparecimento do médico selecionado por meio do chamamento público regido pelo **Edital SAPS/MS nº 5 de 11 de março de 2020***, para entrega das duas vias do Termo de Adesão e Compromisso devidamente assinadas e dos documentos exigidos no Edital em que foi selecionado:
- a) verificar a veracidade dos documentos entregues e proceder a guarda das suas fotocópias, bem como do Termo de Adesão e Compromisso, devendo disponibilizá-los ao Ministério da Saúde quando requerido; e
 - b) acessar o SGP para proceder a validação da alocação do profissional, caso atenda aos requisitos para tanto.
- 4.3. Caso o profissional não compareça no Distrito ou município para validação da alocação, nos prazos estabelecidos no cronograma, o gestor deverá acessar o SGP, acionar a opção validar alocação, e em seguida informar no Sistema sobre o não comparecimento ou desistência do médico.
- 4.4. Somente com a validação da alocação o médico estará apto para o início das suas atividades.
- 4.5. Quando da apresentação do médico para o início das suas atividades, nos prazos do cronograma, o gestor distrital ou municipal deverá acessar novamente o SGP para homologação da alocação do médico.
- 4.6. A homologação da alocação do médico fica condicionada a sua validação e ao início das suas atividades no Projeto.
- 4.7. Caso o profissional não compareça ao município ou Distrito Federal para início das atividades, no prazo estabelecido no cronograma, o gestor distrital ou municipal deverá acessar o SGP, acionar a opção homologar alocação, e em seguida informar no Sistema sobre o não comparecimento ou desistência do profissional.
- 4.8. O gestor distrital ou municipal deverá justificar no SGP as razões da não validação ou homologação da alocação do candidato.
- 4.9. Em caso de não validação ou homologação da alocação do médico que compareça ao Distrito Federal ou município para tal finalidade, o ente perderá automaticamente a vaga não preenchida, sem direito a substituição do profissional, caso a justificativa não seja aceita pela SAPS/MS.
- 4.10. O médico que não comparecer no ente federativo para fins de validação da alocação e/ou para o início das suas atividades, nos prazos estabelecidos no cronograma, ou não atender aos requisitos editalícios para a validação e homologação da sua alocação **será excluído da seleção e a vaga não será disponibilizada para a escolha dos candidatos em eventual chamada subsequente*** e ficará sob a gestão da SAPS/MS.
- 4.11. Tendo ocorrido mudança do gestor distrital ou municipal, é imperativa a atualização dos dados no SGP, com inserção das informações necessárias, conforme subitem 3.5.
- 4.12. Caso o ente federativo desista da adesão, sem justo motivo, ou venha a ser descredenciado do Projeto por decisão da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, poderá ser responsabilizado por danos ao SUS, e os profissionais nele alocados serão realocados ou

remanejados, nos termos do Edital de chamamento público para profissionais médicos e das normas do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

4.13. É vedado ao Distrito Federal ou município negar validação ou homologação da alocação do profissional disponibilizado, em razão da origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

4.14. O Distrito Federal ou município que descumprir o previsto no subitem 4.14 estará sujeito às penalidades cabíveis conforme as normas do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

4.15. É dever do ente federativo participante do Projeto manter atualizados os dados cadastrados no SGP, inserir e apresentar documentos de forma legível, observar o cronograma e eventuais alterações e/ou complementações, e acompanhar a divulgação das informações pertinentes a este Edital e ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, através do sítio eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os direitos conferidos e as obrigações a serem executadas pelos entes federativos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil de que trata este Edital encontram-se previstos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações, neste Edital, no Termo de Renovação da Adesão e Compromisso e demais normas de regência do Projeto Mais Médicos.

5.2. O presente Edital poderá ser revogado a qualquer momento, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, ou anulado, por ilegalidade, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

5.3. O cronograma, e respectivas alterações e/ou complementações, divulgados através do endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br> constitui parte integrante deste Edital e é dever dos interessados e entes federativos participantes a consulta e observância ao mesmo.

5.4. Para todos os efeitos do presente Edital deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.5. Cabe à SAPS/MS a resolução de casos omissos e situações não previstas neste Edital, **nos termos da Lei nº 12.871/2013 e das demais normas de regência do Projeto Mais Médicos para o Brasil.***

5.6. Os prazos indicados neste Edital poderão ser alterados ou prorrogados a critério da gestão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, com respectiva divulgação no endereço eletrônico: <http://maismedicos.gov.br>.

5.7. As informações pertinentes a este Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.

5.8. Em caso de eventuais problemas no SGP, a SAPS/MS poderá manter contato com os municípios através de telefonema, correspondência eletrônica e/ou ofícios para fins de confirmação de interesse na disponibilidade de vagas.

5.9. O Edital terá prazo de vigência vinculado aos Termos de Renovação de Adesão e Compromisso.

6. DO ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

6.1. Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.

6.2. Registros formais de dúvidas sobre o Projeto Mais Médicos para o Brasil deverão ser apresentados através do Disque Saúde, pelo número 136, opção “8”.

CAROLINE MARTINS JOSÉ DOS SANTOS

Secretária

Substituta

ANEXO

TERMO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO E COMPROMISSO *

Projeto Mais Médicos para o Brasil

TERMO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO E COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E O DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIO DE _____ - _____ PARA RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – SAPS/MS, CNPJ nº 000.394.544/0108-14, neste ato representado por CAROLINE MARTINS JOSÉ DOS SANTOS, Secretária de Atenção Primária à Saúde Substituta do Ministério da Saúde (SAPS/MS), com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, 7º andar, sala 716 - CEP 70.058-9000, Brasília (DF), e o DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIO DE _____, (endereço, CNPJ), neste ato representado por _____, (qualificação), nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e das demais normas de regência do Projeto,* resolvem celebrar o presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, mediante as cláusulas e condições seguintes:*

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a renovação da adesão e compromisso do Distrito Federal ou do município de _____ ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, **nos termos do Edital SAPS/MS nº 6, de 11 de março de 2020,*** bem como definir obrigações e responsabilidades mútuas com a finalidade de realizar aperfeiçoamento de médicos na Atenção Primária à Saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante oferta de cursos de aperfeiçoamento e extensão por instituição pública de educação superior e atividades de ensino, pesquisa e extensão, que terá componente assistencial mediante integração ensino-serviço.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA

2.1. O Distrito Federal ou município executará suas ações no Projeto Mais Médicos para o Brasil, **orientado pelas premissas dispostas na Política Nacional de Atenção Básica, definida nos termos da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXII, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB e nas normas regulamentadoras do Projeto.***

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS/DSEI E DISTRITO FEDERAL NO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

3.1. Para consecução do objeto estabelecido neste Termo de Renovação da Adesão e Compromisso, o Distrito Federal ou município deverá atender aos seguintes aspectos relativos aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, além de outros que podem ser estabelecidos pela Coordenação do Projeto:

a) receber, acolher e recepcionar os médicos participantes e adotar as providências necessárias para a acomodação dos mesmos quanto às atividades na Unidade Básica de Saúde (UBS), **podendo, excepcionalmente, em caso de necessidade e, somente enquanto perdurar o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Coronavírus**

(2019-nCoV), intercalar a atuação dos médicos na UBS,* com plantões na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a garantir a assistência aos casos suspeitos e confirmados de infecção pelo novo Coronavírus, respeitada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais destinadas as atividades assistenciais e de formação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

b) inserir o médico participante do Projeto, em eSF - Equipe de Saúde da Família em regiões prioritárias para o SUS, respeitando os critérios de distribuição estabelecidos no Projeto, e mantê-los durante a vigência do Termo de Renovação da Adesão e Compromisso;

c) manter, durante a execução do Projeto, as eSF - Equipe de Saúde da Família atualmente constituídas com médicos não participantes do Projeto, inclusive aqueles vinculados mediante regime de emprego público e contrato temporário na forma da lei;

d) não substituir médicos que já compõem as eSF - Equipe de Saúde da Família pelos médicos participantes do Projeto, exceto em casos de necessidade de reorganização entre as eSF - Equipe de Saúde da Família constituídas no município;

e) priorizar a alocação dos médicos participantes do Projeto nas eSF - Equipe de Saúde da Família que não estejam constituídas com médicos e/ou que atendam populações que dependam exclusivamente da atenção do SUS e/ou atendam populações vulneráveis e historicamente excluídas, tais como, Ribeirinhas, Fluviais, Quilombolas, Assentados e Indígenas;

f) constituir novas eSF - Equipes de Saúde da Família após a prévia inserção de médicos participantes do Projeto nas equipes em funcionamento sem médicos, conforme alínea “d” do presente termo de Renovação da Adesão e Compromisso;

g) quando da apresentação do médico no município para o início das atividades, informar no Sistema de Gerenciamento de Programas (SGP) o número do CNES da Unidade de Saúde e INE da equipe em que o médico irá atuar;

h) cadastrar o médico participante no SCNES e identificá-lo na respectiva eSF - Equipe de Saúde da Família em que atuará, de acordo com orientações expedidas pelo Ministério da Saúde, a partir da apresentação do médico no município;

i) garantir a alimentação do Sistema de Informação da Atenção Primária, pelo médico, nos termos das Portarias regulamentares do sistema;

j) manter os dados do gestor e coordenador responsável atualizado, e, em caso de mudança do gestor, solicitar, de imediato, novo cadastramento no SGP;

k) acompanhar o cumprimento da carga horária, atividades previstas no Projeto e avaliar o desempenho dos médicos para fins de certificação das atividades de ensino-serviço;

l) confirmar a veracidade dos registros de produção do médico participante no SGP (importadas da alimentação do e-SUS) para fins de validação da bolsa;

m) fornecer condições adequadas para a atuação do médico participante, conforme exigências e especificações da Política Nacional de Atenção Básica, tais como estrutura da Unidade de Saúde adequada, com segurança e higiene, fornecimento de equipamentos e insumos necessários e instalações sanitárias para o desempenho das atividades;

n) oferecer transporte adequado e seguro para o médico participante do Projeto deslocar-se para o local de desenvolvimento das atividades nas Unidades Básicas de Saúde, apenas em caso de locais de difícil acesso;

o) atuar em cooperação com os entes federativos e instituições de educação superior, no âmbito de sua competência, para as ações de execução do Projeto;

p) atuar em parceria com a instituição de educação superior responsável pelo eixo aperfeiçoamento e extensão (2º ciclo formativo) dos médicos participantes do Projeto, inclusive na definição e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

q) exercer, em conjunto com o supervisor, a forma de cumprimento da carga horária, o acompanhamento e a fiscalização da execução das atividades de ensino-serviço, inclusive quanto ao cumprimento da carga horária de 40 horas semanais para o Projeto Mais Médicos, nas atividades que envolverão componente assistencial na modalidade integração ensino-

serviço (respeitando as atividades de supervisão) e nas atividades teóricas do 2º ciclo formativo para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, ressalvadas as especificidades das equipes de saúde da família ribeirinhas, fluviais e equipes de saúde indígena;

r) comunicar imediatamente à Coordenação do Projeto os afastamentos, períodos de descanso, ausências justificadas ou injustificadas, solicitação de desligamento do participante, irregularidade ou denúncia que tenha ciência em razão de atos de terceiros ou de ofício para que sejam adotadas as providências pertinentes e necessárias ao bom andamento e execução do Projeto;

s) adotar as providências necessárias para garantir a atenção à saúde ao médico participante, por meio do Sistema Único de Saúde e/ou outros mecanismos públicos de Assistência Social;

t) articular com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, na esfera municipal, a fim de garantir a integridade física dos médicos participantes;

u) manter atualizados os dados do município ou do Distrito Federal, do gestor municipal e do responsável indicado para acompanhamento do Projeto, no SGP;

v) garantir acesso virtual ou telefônico ao Telessaúde Brasil Redes, conforme disponibilidade de rede do município; e

w) garantir para médica gestante a dispensa das ações de aperfeiçoamento para realizar, no mínimo, 7 (sete) consultas médicas e demais exames complementares.

3.2. São responsabilidades do município ou do Distrito Federal no Projeto Mais Médicos para o Brasil:

a) garantir moradia para o médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil que tenha condições de habitabilidade e atenda ao padrão médio de moradia da localidade, podendo ser em forma pecuniária ou oferta de acomodação pelo município, conforme Portaria nº 30/SGTES/MS, de 12 de fevereiro de 2014 e alterações. São critérios para aferição de condições mínimas de habitabilidade: boas condições de infraestrutura física e sanitária do imóvel; segurança; disponibilidade de energia elétrica; e abastecimento de água;

b) garantir alimentação adequada e fornecimento de água potável aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

4.1. Constituem obrigações do Ministério da Saúde:

a) selecionar e encaminhar, segundo os critérios estabelecidos no Projeto, médicos para os municípios que celebram o presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso;

b) garantir o pagamento da bolsa-formação ao médico participante do Projeto, durante todo o período de participação nas ações de aperfeiçoamento, conforme as regras de validação das atividades;

c) garantir o pagamento de ajuda de custo destinada a compensar as despesas de instalação dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e das passagens do médico participante e de sua família, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) articular com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, na esfera federal, a fim de garantir a integridade física dos médicos participantes;

e) garantir, a realização das ofertas pedagógicas aos médicos participantes do Projeto, a serem oferecidas em parceria com instituições de educação superior brasileiras; e

f) garantir aos médicos participantes do Projeto a inscrição em serviços de Telessaúde.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES

5.1. O Distrito Federal ou município que deixar de cumprir suas atribuições, estabelecidas conforme as regras do Projeto e do presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso

poderá ser descredenciado do Projeto Mais Médicos para o Brasil ou ter suas vagas suspensas, observados os seguintes termos:

- a) O Distrito Federal ou município será notificado das irregularidades apuradas, sendo-lhe concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar manifestação e justificativas, para análise pela Coordenação do Projeto;
- b) Decorrido o prazo estabelecido na alínea anterior, com ou sem manifestação por parte do ente federativo a Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil decidirá quanto ao descredenciamento ou indicará a necessidade de adoção de providências pelo município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período;
- c) A Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil poderá estabelecer, inclusive previamente ao prazo de manifestação, penalidades de bloqueio de vagas e remanejamento de médicos, devidamente justificada;
- d) Não sendo adotadas pelo ente federativo as providências determinadas pela Coordenação do Projeto no prazo fixado na alínea “b”, poderá ser excluído do Projeto ou serão descredenciadas as vagas objeto de questionamento;
- e) Na hipótese de que trata a alínea “d”, o médico participante do Projeto poderá ser remanejado para outro ente federativo, a ser definido pela Coordenação, de acordo com as necessidades do Projeto; e
- f) As impropriedades apuradas não eximem a Coordenação do Projeto de adotar outras providências que entender cabíveis, especialmente enviar comunicações e dar conhecimento dos fatos aos órgãos e entidades públicas competentes.

5.2. As notificações de que trata essa cláusula serão efetivadas por correspondência eletrônica, dirigida ao endereço eletrônico cadastrado pelo gestor no Sistema de Gerenciamento de Programas quando do preenchimento do formulário de adesão.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano de participação no Projeto Mais Médicos para o Brasil, do(s) médico(s) selecionados **por meio do Edital/SAPS/MS nº 5, de 11 de março de 2020,*** alocados no ente federativo.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso poderá ser rescindido, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento ou unilateralmente por qualquer um dos partícipes, mediante manifestação encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1. O presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. As eventuais alterações do presente Termo de Renovação da adesão e Compromisso serão realizadas por meio de termo aditivo acordado entre os partícipes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventual controvérsia surgida durante a execução do presente Termo de Renovação da Adesão e Compromisso poderá ser dirimida administrativamente entre os partícipes.

Brasília-DF, de de 2020.

CAROLINE MARTINS JOSÉ DOS SANTOS

Secretária de Atenção Primária à Saúde Substituta do Ministério da Saúde

MUNICÍPIO ou DISTRITO FEDERAL

Prefeito/Secretário Municipal de Saúde (se tiver poderes para)

*Retificação publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 17 de março de 2020, na Edição 52-A, Seção 3- extra, página 1.